



EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO DO CORPO: RETRATOS DOS ANOS DE CHUMBO NA EEFD/UFRJ¹

Guilherme Gonçalves Baptista
Angela Brêtas Gomes dos Santos

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo compreender os discursos de educação do corpo propagados no processo de formação de professores da EEFD/UFRJ entre os anos de 1979-1985. Para alcançar o objetivo proposto, utilizou-se como fonte de informações a análise de documentos: as atas de Congregações e do Conselho Departamental da EEFD/UFRJ e os Ofícios Circulares entre 1979-1985. Observou-se que os discursos de educação do corpo na EEFD estão fortemente ligados aos aspectos técnicos e de desempenho, exemplificados pela utilização do Teste de Habilidade Específica e pela obrigatoriedade de exames médicos para o ingresso na instituição. Ademais, percebe-se que a educação física continua ligada a uma vertente biológica, caracterizando uma permanência histórica do caráter médico-higienista.

Palavras-chave: Educação do Corpo. Formação de Professores. Ditadura Civil-Militar.

INTRODUÇÃO

Durante o período de 1964 a 1985, o Brasil vivenciou a ditadura civil-militar², também conhecida como os anos de chumbo e caracterizada pela dominância do poder político por parte das Forças Armadas. Observa-se que esses anos foram marcados pela violação de princípios democráticos básicos, como, por exemplo, a liberdade de expressão (FAUSTO, 2002). Essa realidade revoltou parte da sociedade brasileira, levando diversos segmentos da sociedade a se mobilizarem contra o Governo em busca da restauração dos princípios democráticos. No entanto, qualquer ameaça à política vigente era prontamente reprimida por meio de diversos mecanismos entre estes: a violência.

Dentre os espaços de repressão, as universidades eram ambientes visados pelos agentes repressores da atividade política³. Segundo Betti (1991), o Decreto-Lei 477 foi baixado, em 1969, prevendo o desligamento e a suspensão de estudantes, professores e funcionários que se envolvessem em atividades políticas.

¹O presente trabalho contou com apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), processo nº100.075/2012.

² Segundo Reis Filho (2012), é impensável entender a instauração e consolidação do regime ditatorial sem o apoio de amplos setores da sociedade civil, como empresários e fazendeiros.

³ Para mais informações sobre o contexto histórico do regime civil-militar ver Fausto (2002), Ciavatta (2002) e Silva (1990).

Entretanto, outro objetivo do Regime era propagar seus ideais e as universidades também eram espaços considerados interessantes para as ações nesse sentido. Dentre alguns mecanismos propagadores desses ideais, ressalta-se a importância da educação física e dos esportes como instrumentos desmobilizadores de correntes políticas contrárias a ideologia do governo. Quanto a isso, Oliveira (2004) alerta “que dada à “essência” de um regime autoritário, a educação física no Brasil também foi pensada numa perspectiva de controle social” (p. 13).

Oliveira (2003) destaca os inúmeros fatores que acentuaram este momento conturbado na educação brasileira:

A reforma universitária proposta pela lei 5.540/68, que expandiu a oferta de vagas no ensino superior no Brasil; a expansão da escolarização obrigatória, no seu aspecto quantitativo, que gerou a necessidade de mais escolas e, conseqüentemente, a necessidade de mais professores para atender o aumento do número de vagas; a mudança de referência paradigmática na educação física brasileira, que passa a buscar cada vez mais uma identidade científica; o debate mundial sobre a importância da educação física para a sociedade e sua vinculação com a universidade; à organização crescente dos professores de educação física em torno de sua necessidade de reconhecimento profissional e *status* social; a perspectiva centralizadora e planejadora do poder central; a consolidação mundial do esporte como forma de atividade física privilegiada (p. 154).

Essas características colaboram para a compreensão da realidade instável e suscetível a mudanças da educação física nacional na época da ditadura. Contudo, há muitas divergências na literatura quanto à existência da mudança de paradigma na área nesse período. Soares (2007), por exemplo, destaca o argumento da chamada “permanência histórica da educação física”. Isto significa que a educação física permanece referenciada aos ideais do movimento higienista dos anos 20, estando fortemente ligada a uma vertente biológica que valoriza o caráter médico-higienista da área. Góis Jr. & Lovisolo (2003) complementam que o discurso da educação física, tanto no início do século XX quanto em seu final, exaltava que a prática de atividades físicas fortalecia o homem e afastava da doença, sendo o símbolo da saúde.

Além dessas divergências e das outras características citadas, observa-se que no período ditatorial, com mais intensidade nos anos 80, houve o reconhecimento por parte de diversos autores (LÜDORF, 2008) de que havia uma tendência de maior influência das ciências humanas e sociais no âmbito educacional com críticas contundentes às práticas pedagógicas na área escolar.

Assim, considerando-se ser um momento ímpar na história do Brasil e na própria

educação física, faz-se necessário ampliar a compreensão acerca dos reflexos desse momento conturbado na realidade da educação física brasileira, ou seja, importa lançar novos olhares sobre os discursos acerca da educação do corpo, “afinal é no corpo que se inscreve a história pessoal de cada um e, também, de seu tempo” (SIMÕES & GOELLNER, 2012, p. 331). Concorde-se, ainda, com Soares (2006) quando afirma que “os corpos [...] podem traduzir, revelar, evidenciar formas bem precisas de educação, modos bastante sutis de inserção de indivíduos e grupos em uma dada sociedade, formas múltiplas de socialização” (p. prefácio XI).

Logo, a compreensão de qual educação do corpo era propagada torna-se imperiosa para o entendimento dos discursos valorizados/legitimados, uma vez que o corpo e suas distintas expressões são um meio imprescindível para a consolidação de práticas sociais desejadas ao longo do tempo (SOARES, 2006).

Aliás, ao levar-se em consideração o valor do trato com o corpo, evidencia-se a importância de pensar a educação do corpo nos ambientes educacionais⁴. De acordo com Vaz (2002), a educação do corpo é parte importante do processo de disseminação cultural, sendo “na escola que se ensina e reproduz grande parte das técnicas corporais típicas de uma época específica, várias delas, mas nem todas, privilegiadas nas aulas de educação física.” (p. 88).

Portanto, percebe-se a importância da instituição escolar para a propagação dos discursos de educação do corpo valorizados, pois é nela que a sociedade moderna trata como local para inscrição de novos hábitos, valores, condutas e comportamentos desejados. Simultaneamente, exalta-se o valor de discutir o corpo no processo de formação de professores de educação física, uma vez que são nessas aulas em que as questões relativas ao corpo estão em evidência⁵ e por serem os professores a tratarem diretamente com os alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Nessa linha de raciocínio, Lüdorf (2009) assevera que os professores possuem um papel formativo que busca contribuir, a partir de sua prática pedagógica, na formação de valores socioculturais, subjetivos e políticos. E, no caso do professor de educação física, este está envolvido a todo tempo com as técnicas corporais e com a cultura do corpo nos mais variados ambientes (escola, clube, academia de ginástica, dentre outros locais), sendo fundamental analisar como temas relacionados ao corpo são abordados e/ou debatidos ao longo do processo de formação de professores. Isso se dá ao passo que é na universidade que

⁴ Aqui destacada a escola, apesar de compreender de que é apenas um entre inúmeros ambientes educacionais.

⁵ Não se nega, nesse trabalho, a importância de estudar os discursos de educação do corpo em outros processos de formação de professores que não seja de educação física.

muitos dos interesses são despertados, teorias discutidas e perspectivas práticas delineadas ou vivenciadas; onde o processo de formação de professor de educação física é uma das instâncias mais propícias para a discussão e assimilação dos diferentes significados envolvidos na (re)construção do corpo ao longo dos anos (LÜDORF, 2009). Logo, é imprescindível discutir e questionar a prática dos professores de educação física em relação ao corpo, pois serão futuros professores que contribuirão na formação de valores socioculturais, subjetivos e políticos de seus alunos.

A partir disso, destaca-se a figura da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no processo de formação de professores. Tal destaque da Escola decorre por ser esta herdeira de uma das mais importantes escolas de formação profissional de educação física no Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade Brasil, primeira e mais tradicional escola de educação física do país.

Diante desses aspectos e a partir de revisão de literatura que ressalta a utilização da educação física e dos esportes para a desmobilização de correntes políticas contrárias a ideologia do governo, observa-se a importância de estudos que analisem o período marcado pela ditadura civil-militar. Especialmente entre os anos de 1979-1985, pois se caracterizam como os anos do último governo do regime ditatorial – presidência do general João Figueiredo. Vale salientar que apesar do Presidente não abrir mão do caráter repressivo contra os movimentos contrários à política do Regime, há o desgaste do mesmo em decorrência, principalmente, da forte crise financeira em que se encontrava o país (SILVA, 1990). De tal modo que esse governo foi assinalado como um período de transição política visando à restauração dos princípios democráticos. Essa transição do regime ditatorial para a restauração dos direitos humanos e dos princípios democráticos tinha como principal, ou um dos principais pontos, a anistia ampla, geral e irrestrita para os exilados, os presos políticos e, também, os militares e representantes do Governo envolvidos na ditadura.

Por conseguinte, este período é assinalado por diversas tensões que podem ter influenciado no âmbito da educação física brasileira e, simultaneamente, influenciado a educação do corpo propagada. Porque, como já referido, vários são os autores que atrelam o esporte e a educação física ao uso do regime civil-militar.

Desse modo, objetiva-se compreender os discursos de educação do corpo propagados no processo de formação de professores da EEFD/UFRJ entre os anos de 1979 e 1985, a fim de interpretar e refletir sobre os saberes legitimados e difundidos ao longo desse processo.

A EDUCAÇÃO FÍSICA E A DITADURA

Em 1964, com a instalação do regime civil-militar no Governo, o Brasil passou por uma nova etapa de modernização em direção à urbanização e à industrialização, visando dar continuidade ao desenvolvimento tanto em âmbito nacional quanto internacional do país (CIAVATTA, 2002). Logo, a educação sofria alterações para responder as demandas crescentes de urbanização e de industrialização.

Além desse contexto, Oliveira (2003) aponta que, a partir dos anos 60, houve uma discussão, em nível internacional, no campo educacional que questionava como as escolas e as universidades tratavam as bases da educação. O autor destaca que “políticas, economia e cultura sofriam críticas radicais de intelectuais, políticos dissidentes, minorias políticas, étnicas e sociais e, sobretudo naquele momento, de “uma” juventude apaixonada” (p. 154). Ademais, pontuando, agora, a realidade nacional referente à educação, os próprios estudantes brasileiros em meados da década de 50 reivindicavam uma educação mais pautada na realidade, na técnica e na ciência, e menos na obsoleta tradição livresca da universidade brasileira (OLIVEIRA, 2003). Com isso, houve uma grande apologia, tanto de parcelas civis quanto militares, à técnica e a ciência para modificar a base da educação em prol de uma melhor preparação do indivíduo para atender ao mercado de trabalho.

Já no que se refere mais especificamente à educação física, esta estava submersa nessa tensão social. Além disso, a educação física que foi constituída a partir de grande influência das instituições militares e da medicina (BRACHT, 1999), ganha, em 1961, na iminência do golpe de 64 e sob os debates mundiais acerca da educação, contornos para uma afirmação em âmbito nacional a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pela lei nº 4.024/61. Essa lei, em seu artigo 22, estabelece que “será obrigatória a prática da educação física nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos” (BRASIL, 1961).⁶ Mais tarde, em 1969, a lei é estendida, tornando-se obrigatória a prática da educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior (BRASIL, 1969).

Com essa afirmação e influenciada pelos debates acerca da educação, a educação física também se submete aos pilares propagados durante a ditadura, sendo elaboradas diversas políticas públicas para a educação física brasileira.-Como menciona Oliveira (2004): “fazia-se apologia da técnica e da ciência em nome de um desenvolvimento tido como

⁶ Não há página por ser retirado de um endereço eletrônico.

indiscutível. A “modernização” – mote da ditadura militar – tinha chegado para ficar.” (p. 13).

Aliás, em consonância com os debates de âmbito internacional nos anos 60 sobre educação, Paiva (1985) alerta que as diretrizes para as práticas de atividades na educação física eram de predominância desportiva, pautando-se no rendimento, na melhoria da aptidão física. E, ainda, conforme Brasil *apud* Betti (1991):

Pelo Decreto 69.450, de 1 de novembro de 1971, a “educação física, desportiva e recreativa” deve integrar como atividade escolar regular o currículo dos cursos de todos os graus de ensino, entendendo a educação física como a “atividade que por seus meios, processos e técnicas, desenvolve e aprimora forças físicas, morais e cívicas, psíquicas e sociais do educando”(p.104).

Essa integração da educação física como atividade escolar oriunda do Decreto 69.450, estabelece a educação como instrumento para a promoção do mercado de trabalho e do desenvolvimento econômico do país, tão aclamados no período (OLIVEIRA, 2002). Nesse sentido, pode-se constatar que o objetivo da educação física é desenvolver a aptidão física, onde o conhecimento que se pretende que o aluno apreenda é o exercício de atividades corporais que lhe permitem atingir o máximo rendimento de sua capacidade física.

Todavia, torna-se leviano analisar este período sem ponderar as discussões que cercavam a educação física. Assim, Gerez & David (2009) enfatizam que na década de 70 entendia-se que faltava à educação física um viés científico; e nos anos 80, houve a conhecida “crise de identidade da educação física”, sendo esta marcada por críticas contundentes, pautada nos ideais humanos e sociais, à prática pedagógica na área escolar, que culminou com a maioria das práticas pedagógicas presentes, ainda hoje, na disciplina. Segundo Bracht (2000), referente à necessidade da cientificidade da educação física, esta conquista legitimidade social à medida que poderia comprovar “cientificamente” sua necessidade, além de vinculá-la a valores desejáveis, como a educação (formação) e a saúde.

Assim sendo, Oliveira (2004) afirma que, nos finais dos anos 60 e na década de 70, existia um grande debate internacional sobre a importância da educação física para a sociedade e sua vinculação com a universidade, discutindo-se a sua organização, finalidades, objetivos e métodos. A partir desse debate e de todo contexto que cercava à época, o discurso, no Brasil, direcionava-se para a necessidade de uma “maior padronização da formação inicial para professores de educação física e o combate à incúria que grassava nas práticas escolares naquele período” (OLIVEIRA, 2003, p. 158). Não obstante, indicava-se que a educação física deveria ter um caráter formativo e educativo, acentuando a importância da formação dos educadores e da pesquisa científica. É importante mencionar que a produção do conhecimento

na área pautava-se pelos referenciais das Ciências Biomédicas, priorizando o corpo fracionado e exposto a quantificações (MENDES, 2009).

Logicamente, o resultado desses debates repercutiu intensamente no campo acadêmico e, conseqüentemente, o esporte ganha destaque como conteúdo primordial das aulas de educação física ao ser considerado uma atividade educativa de excelência. Como bem destaca Oliveira (2004), “(...) o esporte foi a coroação de um mundo de competição, concorrência, liberdade, vitória, consagração. Sugerido de forma exclusiva pelos órgãos oficiais para a educação física escolar (...)” (p. 13). Portanto, este passou a ser conteúdo indicado por diversos órgãos educativos relacionados à educação física escolar, reduzindo as possibilidades corporais a algumas poucas técnicas estereotipadas.

Apesar da valorização dos aspectos técnicos e de desempenho que se volta para a realidade, levando a indicação do esporte como conteúdo de destaque pelas políticas públicas vigentes, a utilização deste não pode ser considerada uma imposição, visto que foi resultante dessa discussão acadêmica de abrangência internacional. Mesmo assim, diversos autores (CASTELLANI FILHO, 1994; GHIRALDELLI JR., 1988) acentuam que coube à educação física e ao esporte o papel de colaborar com o esvaziamento de qualquer tentativa de rearticulação política do movimento estudantil no país. Ghiraldelli Jr. (1988), exemplarmente, afirma que a educação física servia como um instrumento alienador, com “o objetivo claro de atuar como analgésico no movimento social” (p. 32). Estes autores destacam que a utilização do desporto advoga uma neutralidade acerca dos conflitos político-sociais, colaborando para a desmobilização de organizações populares contrárias ao regime ditatorial.

No entanto, vincular apenas ao regime ditatorial a educação física direcionada à meta da máxima eficiência e da resistência orgânica para propagação dos ideais ditatoriais, torna-se um tanto exagerado. Pois, “a tendência esportivizante, centrada na aptidão física, já era desenvolvida desde meados dos anos 50” (OLIVEIRA, 2002, p. 63). Entretanto, não se nega que a educação física no Brasil também foi pensada numa perspectiva de controle social (OLIVEIRA, 2004).

Essa valorização do esporte realça a consonância da educação física com a educação em geral, pois se alinha a alguns aspectos importantes, como a valorização do rendimento e da ciência. Essa valorização, também, ia ao encontro da nova etapa de modernização do país, do ‘BRASIL GRANDE’, visionada pelo regime ditatorial e parte da população. Pois, na eventualidade de se tornar uma potência esportiva, isso se caracterizaria como um grande instrumento representativo do desenvolvimento social do país. Vale salientar que a

valorização do esporte como conteúdo, apesar de não ser monolítica, decorria de um consenso entre a maioria dos especialistas da área, que viam nesse a melhor forma para trabalhar a educação física.

Enfim, trata-se de um período conturbado na educação física brasileira, que esteve imersa em um campo de tensões com diversos fatores que podem ter influenciado em suas práticas, dentre os principais: momento político, novos referenciais das ciências humanas e sociais, necessidade de legitimar-se socialmente, necessidade de afirmar-se enquanto ciência e expansão dos cursos superiores.

MÉTODOS

Em busca de respostas para o objetivo proposto, utilizou-se como fonte de informações a análise de documentos. Recorreu-se às fontes primárias escritas, totalizando 92 documentos: 14 atas de Congregações (CON), 67 atas do Conselho Departamental (CD) da EEFD da UFRJ e 11 Ofícios Circulares (OC) entre 1979 e 1985, a fim de assegurar a fidedignidade do objeto de estudo. Como bem define Lakatos & Marconi (1991), as fontes primárias de documentos oficiais “constituem geralmente a fonte mais fidedigna de dados” (p. 178). Concorda-se com Bacellar (2011), quando afirma que “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu” (p. 63). Dessa forma, teve-se como preocupação principal analisar os documentos lançando-lhes um olhar crítico e respeitando a natureza de seu contexto histórico.

Estes documentos foram considerados fontes de estudo por serem registros dos colegiados mais representativos da instituição em análise, onde as principais questões são debatidas e deliberadas; e/ou por serem documentos de grande representatividade do cenário da educação física a nível nacional. A Congregação, por exemplo, é a reunião que envolve representantes de todos os segmentos (docentes, discentes, funcionários, chefes de departamentos, dentre outros) da Escola, onde são definidas as diretrizes da mesma. O Conselho Departamental representa o debate entre os chefes de departamentos e o diretor da Escola acerca de questões da instituição, levantando-se questões e opiniões de cada departamento que serão encaminhadas à Congregação. Já os Ofícios Circulares, aqui estudados, são os meios que serviram para algum órgão expressar opiniões acerca de questões referentes à realidade nacional da educação física e também da EEFD.

Todos os documentos aqui destacados foram obtidos com o apoio do CEME⁷ que permitiu a utilização da fotografia digital. Como indica Bacellar (2011), esta opção tem sido mais frequentemente utilizada na reprodução dos documentos, porque produz imagens com a possibilidade de ampliação, o que facilita em alto grau a leitura e diminui as possibilidades de danos ao documento devido ao seu manuseio, além da comodidade de se poder trabalhar em outros ambientes e em horários alternativos.

E NA EEFD, QUAL EDUCAÇÃO DO CORPO PREDOMINOU?

Alguns aspectos curiosos relacionados à educação do corpo propagada na EEFD/UFRJ ganham destaque a partir da análise documental nessa pesquisa. Como já discutido e sinalizado pela revisão literária, a educação física no período debatido continuou fortemente ligada à vertente biológica, caracterizando uma permanência histórica do caráter médico-higienista (SOARES, 2007).

Neste contexto, os documentos destacaram a consolidação de alguns aspectos em voga durante a ditadura na EEFD, como a valorização desse caráter médico-higienista da educação física. Percebe-se essa valorização nos documentos, como por exemplo: em 1979, antes da integração do Laboratório de Fisiologia do Exercício (LABOFISE) à Escola, já havia uma espécie de parceria entre ambos, pois o laboratório realizava exames médicos nos alunos ingressantes (CD, reunião de 30 de janeiro de 1979)⁸; todos os professores participantes da reunião defendiam a instalação de um laboratório nas dependências da escola, com a manutenção da interdependência entre a escola e o LABOFISE, porque na escola haveria a possibilidade da utilização de suas dependências para a realização de teste em alunos e atletas (CON, reunião de 17 de janeiro de 1979); houve a integração do laboratório com a instituição no ano corrente (1979) como fora pretendido (CON, reunião de 25 de junho de 1979); em 1984 o LABOFISE passou a ser um setor da Escola (CD, p. 53–54, reunião de 06 de fevereiro de 1984).

Além disso, a partir do Teste de Habilidade Específica (THE) fica evidente que aspectos técnicos e de desempenho eram elementos considerados pela instituição como essenciais para um futuro profissional da área, que caracterizavam e valorizavam a formação de um professor executor do movimento.

⁷ O Centro de Memória Inezil Penna Marinho (CEME), atualmente, está sob a coordenação da Dr^a. Carolina Torres Alves de Almeida Ramos, e dentre os objetivos, se propõe a preservar e resgatar fontes documentais e orais da EEFD/UFRJ.

⁸ Nem todos os documentos apresentam página e ano de publicação. Assim, aqueles que não possuem essas informações são porque não as apresentavam.

Esta valorização dos aspectos técnicos e de desempenho também se apresentou na questão de transferências de alunos para a faculdade, onde o Corpo Deliberativo da Escola acompanhava a legislação vigente. De acordo com a lei 7.037/82, cada estabelecimento deveria fixar normas específicas que disciplinassem a concessão e o recebimento das transferências. Assim, a Escola instituiu alguns critérios para a transferência de alunos, são eles: 1) para funcionários e dependentes destes, deferimento automático, desde que sejam aprovados na entrevista e no exame de aptidão física; 2) intercâmbio universitário, desde que sejam aprovados na entrevista e no exame de aptidão física; 3) Necessidade-capacidade, após a análise minuciosa do currículo, constatação da existência de vaga e após aprovação na entrevista e no exame de aptidão física (CD, reunião de 11 de julho de 1982).

Deste modo, nota-se que a EEFD exerce seu direito, previsto na lei, e apresenta critérios que enfatizaram em todas as categorias o exame de aptidão física, ligado a um caráter médico-higienista. Esse caráter estava minuciosamente destacado em inúmeras práticas (THE, exame de aptidão física, exercício visando à melhora da saúde e à mudança de hábitos ditos não saudáveis, dentre outros) da educação física nacional e da própria EEFD apresentando um processo de coerção e disciplinamento que atinge o corpo na busca pela retidão das formas e dos comportamentos, conforme dito por Soares & Fraga (2003).

A exigência por um corpo saudável e sua constante vinculação com a prática de atividades físicas realçaram e justificaram em parte a obrigatoriedade da educação física em todos os níveis de ensino no período debatido, e explicou a preferência pelo esporte como conteúdo principal. Quanto a isso, Lüdorf (2008) comenta que

A essência do esporte, até então, figurava atrelada principalmente aos valores do esporte de rendimento, tais como competitividade, supremacia, respeito às regras, refinamento técnico e desempenho. O corpo desportivo, para corresponder a tais expectativas, necessitava ser forte, rápido, ágil, vencedor e, acima de tudo, competitivo (p. 13).

Em consonância com esse corpo desportivo e, por conseguinte, explicitando-o, viu-se a importância dada aos desportos nas festividades da Escola. Visto que em todas as festividades, detalhadas em atas, relacionadas à instituição, havia demonstração de alguma equipe desportiva da Escola (dentre as modalidades, a equipe de ginástica prepondera). Aliás, nessa mesma linha, em 1980, o Reitor da universidade exigiu a elaboração do programa das Competições Universitárias. Diante desses fatos, evidencia-se a importância dada as equipes formadas pela instituição, uma vez que as mesmas participavam de importantes campeonatos (também destacados em ata pelo próprio Reitor da UFRJ) e de grandes demonstrações

festivas. Cabe ressaltar uma destas que foi realizada para o presidente Gal. Figueiredo.

Ainda a respeito de uma educação do corpo voltada à performance (valorização do corpo produtivo, capaz de render o máximo possível), nesse caso, esportiva, de acordo com os dados levantados, houveram fortes indicativos que as Olimpíadas internas (O.I.)⁹ ocorridas na EEFD possuíam grande relevância para a instituição. Entre esses indicativos estão: a) em todo recorte temporal do estudo (1979-1985), a EEFD organizava as O.I.; b) as O.I. eram organizadas a fim de permitir um maior acompanhamento dos jogos por parte tanto de alunos quanto de professores (CD, p. 14, reunião de 08 de maio de 1981); c) os professores também ajudavam na organização das O.I. e eram convidados a assisti-las (CD, reunião de 07 de fevereiro de 1980); d) sua realização durava cerca de uma semana (CD, p. 38–39, reunião de 10 de agosto de 1982); e) a Reitoria não só tinha conhecimento das O.I. como também a acompanhava de perto, conforme trechos que mostram o pedido da programação à Escola e a presença do próprio Reitor na abertura das O.I. (CON, reunião de 13 de novembro de 1979).

Além disso, observou-se uma quantidade expressiva de participação de docentes e discentes em eventos ligados ao esporte, como atletas e/ou organizadores. Nesses eventos, ratificando o prestígio do profissional e dos alunos da Escola, estavam registrados alguns convites para organização/participação de diferentes órgãos, como: Confederação Brasileira de Pugilismo, Ministério de Educação e Cultura, Secretaria de Educação Física e Desportos, Confederação Brasileira de Atletismo, Associação Cristã de Moços. Esses dados ajudam a corroborar para uma interpretação da educação física mais voltada a vertente biológica tão marcante em sua história.

A EEFD, como era de se esperar por ser uma instituição de serviço público, manteve alianças com o governo neste período. De acordo com os dados levantados, houve constantes convites recebidos pelos professores da Escola para participarem de programas esportivos desenvolvidos pelo governo, como por exemplo, o EPT- Esporte Para Todos-, caracterizando mais uma vez a importância da instituição e a educação física voltada para o caráter técnico/desportivo. Inclusive, esta relação esteve representada, segundo a ata de Congregação (reunião de 30 de agosto de 1979), pela indicação de uma comissão formada por docentes da Escola para tratar da organização e com o propósito de difundir o programa EPT, além da seleção de um professor para palestrar em outros ambientes sobre o programa e sua importância social.

⁹ As Olimpíadas internas consistem na disputa de diversas modalidades desportivas entre equipes formadas por alunos da EEFD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante mencionar que não se teve a pretensão de esgotar as possibilidades de análise acerca do tema, pois se entende que todo trabalho difere em interpretações à medida que novos olhares são lançados para o mesmo. Assim, almejou-se lançar um novo olhar acerca do objeto de estudo, permitindo que novas reflexões sejam elaboradas e que possam vir a contribuir para um melhor entendimento da educação física.

Nesse sentido, conforme os dados, a EEFD, entre os anos de 1979-1985, privilegiou aspectos de caráter médico-higienista e de rendimento, como: a exigência do teste de habilidade específica, a avaliação das disciplinas pelo rendimento e pela técnica do aluno, a exigência de exames médicos para o ingresso etc., corroborando com os discursos de educação do corpo voltados à performance. Assim, o esporte ganhou destaque como um dos principais conteúdos da educação física ao abarcar os atributos ditos essenciais para a formação profissional – professor executor do movimento. E, na EEFD não foi diferente, notou-se que os principais norteadores do processo de formação de professores eram as habilidades motoras e o rendimento do aluno.

Por fim, apesar de parte da literatura apontar para o uso da educação física pelo regime ditatorial e da ressalva de que a instituição mantinha alianças com o Governo por meio de participações em programas esportivos, conforme os dados levantados, não há indícios que comprovem a influência deste na consolidação de seus ideais dentro da EEFD. Nos documentos analisados, não foram encontrados registros que comprovassem que o funcionamento administrativo e pedagógico da EEFD sofreu interferências do regime ditatorial, o que mereceria ser mais bem investigado em outra oportunidade.

PHYSICAL EDUCATION AND BODY EDUCATION: PICTURES OF YEARS OF LEAD IN EEFD/UFRJ

ABSTRACT

This study aimed to understand the speeches of body education propagated in the process of teacher training of the EEFD/UFRJ between the years 1979-1985. It was used as source of information the documentary analysis: records of the Congregation, record of the Departmental Council in the EEFD/UFRJ and Circular Letters between 1979-1985. It was observed that the discourses of the body education in EEFD are strongly linked to the technical aspects and performance, exemplified by using of the Specific Ability Test and the mandatory medical examinations for admission into the institution. Moreover, it is clear that physical education is still connected to a biological hillside, featuring a permanent historical of the medical-hygienist character.

Keywords: Body Education. Teacher Training. Civil-Military Dictatorship.

EDUCACIÓN FÍSICA Y EDUCACIÓN DEL CUERPO: RETRATOS DE AÑOS DE PLOMO EN EEFD/UFRJ

RESUMEN

El objetivo del estudio fue comprender los discursos de la educación corporal propagados en el proceso de formación del profesorado de la EEFD/UFRJ entre los años 1979-1985. Para lograr el objetivo, se utilizó como fuente el análisis de documentos: actas de Congregación y del Consejo Departamental de la EEFD/UFRJ y los Oficios Circulares entre 1979-1985. Se observó que los discursos de la educación corporal en la EEFD están estrechamente vinculados a los aspectos técnicos y de rendimiento, ejemplificados por el uso de la prueba de habilidad específica y los exámenes médicos obligatorios para la admisión en la institución. Además, se da cuenta de que la educación física se une a una vertiente biológica, enfatizando una permanencia histórica de carácter médico-higienista.

Palabras claves: Educación corporal. Formación del profesorado. Dictadura Cívico-Militar.

REFERÊNCIAS

- BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B.(Org.). *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 23-80.
- BETTI, M. *Educação Física e Sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.
- BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Cadernos Cedes*, ano XIX, nº 48, p. 69-88, 1999.
- _____. Educação Física & Ciência: cenas de um casamento (in)feliz. *Rev. Brasileira de Ciências do Esporte*. v.22, n.1, p. 53-63, 2000.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 4.024, de 1961. *Diário Oficial*, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm>. Acesso em: 13/07/2012.
- _____. Congresso Nacional. Decreto-Lei nº 705, de 1969. *Diário Oficial*, Brasília, DF, 25 de julho de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10705.htm>. Acesso em 13/07/2012.
- CASTELLANI FILHO, L. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. 4 ed. Campinas, São Paulo: Papirus Editora, 1994.
- CIAVATTA, M. A construção da democracia pós-ditadura militar: políticas e planos educacionais no Brasil. In: FÁVERO, O. & SEMERARO, G.(Org.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- FAUSTO, B. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- GEREZ, A. G.; DAVID, P. A. Teorias do currículo e as tendências pedagógicas da educação física escolar: de onde viemos e para onde vamos?. *Rev. Mackenzie de Educação Física e Esporte*, v.8, n.2, p. 75-87, 2009.

GHIRALDELLI JR, P. *Educação Física Progressista: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos da Educação Física*. São Paulo: Loyola, 1988.

GÓIS JR, E.; LOVISOLO, H. R. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil. *Rev. Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v.25, n.1, p. 41–54, 2003.

LÜDORF, S. M. A. Refletindo sobre o corpo design e a formação de professores de Educação Física: por uma educação sociocorporal. In: ROMERO, E.; PEREIRA, E. G. B.(Org.). *Universo do corpo: masculinidades e feminilidades*. Rio de Janeiro: Shape, 2008, p. 61-82.

_____. Corpo e formação de professores de educação física. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.13, n.28, p.99-110, 2009.

MENDES, M. I. B. de S. A produção do conhecimento na Educação Física brasileira e a Revista Brasileira de Ciências do Esporte. *Holos*, ano 25, v.1, p. 2-8, 2009.

OLIVEIRA, M. A. T. de. Educação Física Escolar e Ditadura Militar no Brasil (1968-1984): História e Historiografia. *Educação e Pesquisa (USP)*, São Paulo, v.28, n.1, p.51-75, 2002.

_____. Políticas Públicas para a Educação Física Escolar no Brasil Durante a Ditadura Militar: Uma só Representação? *Perspectiva – Rev. do Centro de Ciências da Educação*, Florianópolis, v.21, n.1, p. 151-178, 2003.

_____. Educação Física Escolar e Ditadura Militar no Brasil (1968-1984): Entre a Adesão e a Resistência. *Rev. Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v.25, n.2, p.9-20, 2004.

PAIVA, P. *Avaliação dos fatores que afetam a Educação Física Curricular nas Universidades Federais Brasileiras, segundo as concepções dos coordenadores*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado / EEFD-UFRJ, 1985.

REIS FILHO, D. A. A ditadura civil-militar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 de março 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/03/31/a-ditadura-civil-militar-438355.asp>>. Acesso em: 27/08/2012.

SILVA, F. C. T. da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964-1984. In: LINHARES, M. Y. (org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SIMÕES, R. D.; GOELLNER, S. V. A educação do corpo para o “soldado integral”, “forte de físico, culto de cérebro e grande de alma”. *Motriz*, Rio Claro, v.18 n.2, p.327-337, 2012.

SOARES, C. L. Prefácio. In: OLIVEIRA, M. A. T. de (Org.). *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. *Educação Física: raízes europeias e Brasil*. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOARES, C. L.; FRAGA, A. B. Pedagogia dos corpos retos: das morfologias disformes às carnes humanas alinhadas. *Pro-posições*, Campinas, SP, v.14, n.2 (41), p. 77-90, 2003.

VAZ, A. F. Ensino e formação de professores e professoras no campo das práticas corporais. In: VAZ, A. F.; SAYÃO, D. T.; PINTO, F. M. *Educação do corpo e formação de professores: reflexões sobre a Prática de Ensino de Educação Física*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.